



**Universidade do Minho**

Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas  
Departamento de Filosofia

## **Relatório de Licença Sabática**

**João Carlos Ribeiro Cardoso Mendes**

**Braga**  
**Maió 2022**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. APONTAMENTO HISTÓRICO-REFLEXIVO SOBRE A LICENÇA SABÁTICA</b> .....	2
<b>2. A FASE DE PRÉ-CANDIDATURA</b> .....	6
<b>3. A FASE DE CANDIDATURA</b> .....	9
<b>4. A FASE DE PREPARAÇÃO</b> .....	12
<b>5. A FASE DE REALIZAÇÃO</b> .....	12
<b>5.1. Atividades de produção científica</b> .....	13
<b>5.2. Atividades de cooperação internacional</b> .....	16
<b>5.3. Outras atividades</b> .....	18
<b>6. A FASE DE RETORNO</b> .....	21
<b>CONCLUSÃO</b> .....	22
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	23

## INTRODUÇÃO

No ano académico de 2019/2020 usufruí de Licença Sabática, motivada no cumprimento do dever de investigação dos docentes do ensino superior, consagrado na alínea d) do Artº 63.º do E.C.D.U. – “Manter atualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efetuar trabalhos de investigação, numa procura constante de progresso científico e técnico e da satisfação das necessidades sociais” – e com o objetivo, previsto no nº 1 do artigo 77.º do ECDU, de “realização de trabalho de investigação e publicação de obra de vulto incompatível com a manutenção das tarefas escolares correntes”.

A dispensa de serviço docente foi investida, entre os meses de setembro de 2019 a agosto de 2020, em atividades de investigação e atividades relacionadas com a investigação. Optei por não suspender a normal participação nos órgãos de gestão da Escola.

Determina o ponto n.º 4 do Art.º 77.º do E.C.D.U. que após a Licença Sabática “(...) o professor contrai a obrigação de, no prazo máximo de dois anos, apresentar ao conselho científico da instituição de ensino superior os resultados do seu trabalho (...)”. É esse ditame legal que este relatório procura cumprir.

Existem três tipos comuns de relatório: o de formação, que pormenoriza as atividades levadas a cabo no âmbito de um curso ou estágio; o de síntese, que descreve, de forma mais ou menos detalhada, uma investigação levada a cabo, ou faz um balanço de relatórios anteriores; o crítico, que envolve uma reflexão sobre uma atividade com o propósito de dar a conhecer o modo como a mesma foi desenvolvida.

Tipicamente, os relatórios de Licença Sabática são do segundo tipo, assemelhando-se, por isso, a uma lista de atividades realizadas. O presente relatório, no entanto, procura conjugar os dois últimos tipos, ou seja, ser ao

mesmo tempo descritivo-sintético e reflexivo-crítico, em atinência ao que julgo ter sido a intenção do legislador.

O acadêmico estadunidense Kenneth Zahorski, em *The Sabbatical Mentor: A Practical Guide to Successful Sabbaticals*, ensaio que se tornou obra de referência para o assunto, propôs que a “experiência sabática” pode ser declinada em cinco fases: pré-candidatura, candidatura, preparação, realização e retorno. Este relatório será organizado num número de partes correspondentes a essas fases, muito embora seja a terceira parte aquela que efetivamente consubstancia os resultados alcançados. Precede-as um breve apontamento histórico sobre a licença sabática.

## **1. APONTAMENTO HISTÓRICO-REFLEXIVO SOBRE A LICENÇA SABÁTICA**

Vários autores – e.g.: Kimball (1978); Eells e Hollis (1962) – sugerem que o conceito de “licença sabática” ressoa ideias da tradição hebraica. Afirmam eles que o termo “sabático” provém de “Shabat” (hebraico: שמבטיון), o nome de um rio lendário para além do qual, de acordo com a literatura rabínica, foram exiladas as dez tribos perdidas de Israel. Tal rio gozaria da particularidade de permanecer enfurecido e não atravessável durante seis dias por semana, só acalmando e deixando passar sobre ele os judeus a cada sete dias. Ele terá, porventura, inspirado o termo “sábado”, o sétimo dia da semana. Mais tarde, por extensão semântica, surgiu a expressão “ano sabático” ligada à agricultura para designar a necessidade, nos termos da Lei Mosaica, de, a cada sete anos, os campos e vinhas permanecerem em pousio.

Só no final do século XIX é que esse conceito foi introduzido no campo da educação, conservando essa ideia de necessidade de um descanso periódico ou

da quebra de uma rotina a cada sete anos com o propósito de retempero e recuperação do corpo docente (Zahorski, 1994).

O primeiro programa de licença sabática foi supostamente estabelecido na Universidade de Harvard no ano acadêmico de 1879-1880. Dele poderiam beneficiar os professores após um sexénio de lecionação, mas abdicando de metade do seu salário. Até ao final do século, mais nove universidades (Cornell-1885, Wellesley-1886, Columbia-1890, Brown-1891, Amherst-1898, Dartmouth-1898, Stanford-1899, Califórnia-1899 e Illinois-1900) seguiram o exemplo e estabeleceram os seus programas de licença sabática (Kang & Miller, 1999). No início da década de 1930, 178 instituições implementaram essa prática, crescentemente entendida como um instrumento capaz de melhorar a satisfação profissional do corpo docente e, por essa via, produzir um impacto positivo na instituição onde presta serviço (Sambrook, 2012). Depois, instituições de ensino superior em todo o mundo adotaram esse instrumento numa diversidade de formas: licenças inteiramente pagas, parcialmente pagas, não pagas; licenças semestrais, licenças anuais; licenças exigindo o cumprimento de objetivos ou inteiramente livres, etc.

O instituto da “licença sabática” tem recebido uma certa dose de crítica. A principal é, porventura, a da sua razão de existir: uma necessidade profissional ou um privilégio de classe injustificado?

Com efeito, os seus apologistas reivindicam-na como uma exigível pausa periódica nas atividades letivas e de gestão de cargos académicos criadora de efetivas condições para que o seu usufruidor se renove. Mais especificamente, ela permite, de acordo com os seus defensores, não só que os professores se atualizem científica e pedagogicamente, como igualmente reganhem motivação intelectual, melhorem as suas capacidades de produtividade e de criatividade, reduzam os níveis de stress e a possibilidade de esgotamento (*burnout*), e fiquem menos propensos a aposentações antecipadas.

Os que a desaprovam, em contrapartida, reclamam que se trata de um eufemismo para umas férias suplementares pagas infundadamente a uma classe profissional que supostamente já goza de horários de trabalho mais reduzidos e com maior flexibilidade que os de muitas outras profissões, assim como de longos períodos de interregno letivo.

Idealmente, a licença sabática deve ser atribuída sem que quaisquer condições ou exigências sejam colocadas, de modo a que o professor que dela esteja a beneficiar fique inteiramente livre para descansar, pensar e investigar sobre o que lhe aprouver, viajar se quiser, escrever acerca do que lhe apetecer, se lhe apetecer, etc. Porém, presumivelmente para calar aqueles que mais objetam à sua concessão, a licença sabática tipicamente coloca determinados quesitos de produtividade. Isso faz com que, em parte, se confunda com a chamada “licença para investigação” na qual está implicado o atingir de metas específicas e mensuráveis. E significa também que, muito embora a expressão “licença sabática” signifique um descanso, a mesma envolve trabalho árduo. Sambrook (2012) resume o assunto a uma “tensão crescente entre descanso e objetivos”.

Sopesados os prós e os contras, todavia, parece haver maior consenso de que as licenças sabáticas devem manter-se e com razoáveis exigências de produtividade no decurso da sua vigência. Zahorski (1994) identificou seis benefícios que a licença sabática pode trazer para o corpo docente.

O primeiro, segundo ele, é permitir que o corpo docente se revigore. Particularmente os professores de carreira com nomeação definitiva encontram-se presos a um sistema de rotinas que os faz incorrer em riscos crescentes de obsolescência e improdutividade. A licença sabática constitui, pois, uma oportunidade de romper com tais rotinas e, no entender de Zahorsky, apresenta “enorme potencial para induzir o refortalecimento do quadro de professores não somente nos planos físico e mental, mas também espiritual” (1994, p. 116). Por outro lado, pode acrescentar-se que ela terá, pelo menos, um

efeito preventivo no que toca as situações cada vez mais frequentes de fadiga crónica e esgotamento profissional (vulgo *burnout*).

O segundo benefício consiste em criar tempo para genuína reflexão. Sem os habituais constrangimentos de tempo impostos pela realização de inúmeras sucessivas tarefas, os docentes podem refletir mais serenamente sobre as suas carreiras e a direção e objetivos da sua atividade de ensino e de investigação.

De acordo com o mesmo autor, um terceiro benefício da licença sabática é o de possibilitar uma redefinição da perspetiva sobre a vida dentro e fora da academia. O afastamento temporário da própria instituição de ensino superior em que labora ajudará a encará-la de um modo renovado e eventualmente revalorizando o trabalho que nela tem lugar. Por outro lado, também os usufrutuários da licença poderão ganhar uma melhor consciência dos seus pontos fortes, fracos e limites enquanto profissionais do ensino e da investigação.

A oportunidade para estabelecer novos relacionamentos profissionais é um quarto benefício a considerar. A mobilidade para outras instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras a fim de realizar estadias para atividades de pesquisa ou lecionação colaborativas favorece relacionamentos colegiais de longo prazo.

Um quinto benefício a ter em conta é o do período de licença sabática oferecer a oportunidade de uma atualização na disciplina ou campo disciplinar em que o professor se encontra especializado tanto nas suas atividades de docência como de investigação. Com efeito, devido à produção científica ser hoje avassaladora na quantidade e vertiginosa no seu aparecimento, é muito difícil, se não mesmo impossível, estar *à la page*. Ora, é essa possibilidade que a licença sabática concede. Além disso, não é também de somenos que permita igualmente aprender coisas novas, que eventualmente ajudarão os professores, enquanto docentes e investigadores, a melhorarem a sua motivação profissional. Acrescente-se, a esse respeito, que em estudos realizados para

aferição da produção realizada em períodos sabáticos, nomeadamente através do exame dos relatórios pós-sabáticos como este, se apurou um aumento muito significativo de publicações de livros, capítulos de livros e artigos, assim como de comunicações em conferências e palestras, de revisão de cursos existentes ou desenvolvimento de novos cursos, e de candidaturas bem-sucedidas a projetos financiados.

Por último, o período sabático também promete contribuir para melhorar a prática do ensino, precisamente porque o seu beneficiário regressa à mesma com ideias novas ou renovadas, mas também com novas energia e confiança.

E segundo Zahorski (1994), ainda, não é somente o corpo docente que pode beneficiar, mas igualmente a instituição de ensino superior na qual desenrola a sua atividade. Esse autor identifica oito benefícios para a instituição, os quais me limitarei aqui a elencar: aumento da eficiência profissional do corpo docente; maior versatilidade e produtividade do corpo docente; fortalecimento dos programas académicos; melhoramento do ambiente de aprendizagem, sobretudo no plano da interação psicológica; renovação da identificação com os fins prosseguidos pela instituição; professores mais motivados para continuar na instituição em que laboram; clima intelectual mais favorável para todos os agentes educativos; aumento da reputação académica.

Em suma, como se percebe, os benefícios do gozo de uma licença sabática são extensíveis daqueles que dela usufruem à instituição em que trabalham e desta à sociedade em geral.

## **2. A FASE DE PRÉ-CANDIDATURA**

Na primeira fase da “experiência sabática”, seguindo Zahorski (1994, pp. 15-30), são analisadas e sopesadas as condições efetivas para apresentar uma candidatura à licença sabática. A reunião das necessárias condições legais para instruir uma candidatura à licença sabática constitui o óbvio e fundamental ponto de partida.

No cap. V do *Estatuto da Carreira Docente Universitária*, intitulado “Deveres e Direitos do pessoal docente”, afirma o artº 77º, nº 1<sup>1</sup>:

No termo de cada sexénio de efetivo serviço podem os professores catedráticos, associados e auxiliares, sem perda ou lesão de quaisquer dos seus direitos, requerer a dispensa da atividade docente pelo período de um ano escolar, a fim de realizarem trabalhos de investigação ou publicarem obras de vulto incompatíveis com a manutenção das suas tarefas escolares correntes.

Determina esse diploma, por conseguinte, que o pedido de licença sabática exija a satisfação de três condições. Duas explícitas: (a) que tenha transcorrido um sexénio desde o doutoramento ou desde sabática já usufruída; (b) que o trabalho de investigação não possa ser realizável no decurso das atividades escolares normais. Uma implícita: que o serviço letivo atribuído ao requerente da licença seja assegurado pelo Departamento em que está integrado, o que significa, na prática, que o mesmo passe para algum ou alguns dos colegas.

A “dispensa da atividade docente para realização de trabalhos de investigação ou publicação obras de vulto”, vulgo licença sabática, apresenta-se tipicamente como um direito do pessoal docente para que possa cumprir o dever estipulado no Artº 63º, alínea d): «Manter atualizados e desenvolver os seus conhecimentos culturais e científicos e efetuar trabalhos de investigação, numa procura constante do progresso científico e técnico e da satisfação das necessidades sociais».

---

<sup>1</sup> O *Regulamento da Prestação dos Serviços da Carreira da Universidade do Minho* (Despacho RT 59/2013), no seu artº 14º reproduz o seu conteúdo.

Quando comecei a ponderar a submissão do pedido de licença sabática no início do segundo semestre do ano acadêmico de 2018/2019, tornou-se-me logo claro que reunia as duas primeiras referidas condições. A terceira ficou subordinada a condições políticas, o que quer dizer que o gozo do direito a licença sabática está dependente de fatores não objetivos, quicá mesmo caprichosos, e que, em última instância, poderá nunca se efetivar. Ora, deixar o exercício de tal direito subordinado às simpatias ou antipatias colegiais existentes neste ou naquele momento num departamento induz fortemente a probabilidade de discriminações no seu seio.

Em breve comentário a cada uma das 3 condições, diria, a respeito da primeira, que ela, nalguma medida, entronca na história do departamento e na política de formação dos seus membros que foi seguindo ao longo da sua existência. À semelhança dos demais departamentos, também o de Filosofia adquiriu uma estrutura hierárquica definida pelo acesso mais precoce ou mais tardio ao grau de doutoramento (e depois ao nível de associado, grau de agregação e nível de catedrático). Todavia, a contagem do tempo para eventuais pedidos de sabática começa com a obtenção do doutoramento. E, neste caso, em princípio, quem chega primeiro ao grau pede primeiro e usufrui primeiro. Ora, podem criar-se grandes injustiças com esse sistema, porquanto há quem beneficie de dispensas de doutoramento de 3 anos ou mesmo mais e outros que, tendo sido privados das mesmas, tenham naturalmente demorado mais a alcançar o grau. Tais injustiças podem até redobrar-se quando aqueles que chegaram mais tarde ao grau por dificuldades extrinsecamente colocadas, vejam adiadas as suas pretensões de gozar de uma primeira licença sabática antes de outros terem usufruído de uma segunda licença sabática, tão somente por ter um suposto privilégio posicional no departamento. E é até possível chegar a ter de enfrentar uma injustiça ainda maior: nunca ter gozado de qualquer dispensa para realização de doutoramento e, mesmo assim, ter de ir para uma fila de anos de espera de satisfação dos interesses de todos aqueles

mais bem posicionados na hierarquia. Tudo isso tive de ponderar nessa fase de pré-candidatura.

No que concerne à segunda condição, pode dizer-se simplesmente que ela é difícil de determinar e que só pode ser apreciada casuisticamente. Se parece fácil ter consenso de que a escrita de uma obra monográfica projetada, como um livro de média (150-200 pp.) ou grande extensão (mais de 200 pp.), precisará, quase por certo, ser realizada na desobrigação das atividades académicas correntes, já a afetação do período sabático à reestruturação de um curso integrado na oferta formativa existente ou à projeção de um novo curso a incluir nessa oferta formativa, assim como à organização de um evento científico nacional ou internacional, constituem exemplos que suscitam hesitação.

A última condição, a que não é dita (porque não inscrita no texto legal), mas presumida, também favorece injustiças. Desde logo, como disse, ficar dependente das disposições ou indisposições, simpatias ou antipatias, circunstanciais ou estratégicas, dos colegas. Depois, porque, pelo menos em princípio, aqueles que tipicamente lecionam UCs mais introdutórias ou mais genéricas terão mais facilidades em assegurar quem assuma a sua leção no período sabático do que aqueles que lecionam disciplinas mais especializadas. Por fim, a prática imperante do *trade-off* “tu este ano lecionas as minhas UC para eu ir de licença e eu compenso-te no próximo ano lecionando as tuas para que tu beneficies da tua sabática” pode levar a que a entrada no gozo da licença ou o retorno do gozo da mesma sejam muitos penosos pela sobrecarga.

### **3. A FASE DE CANDIDATURA**

Nesta fase, considera Zahorski (1994, pp. 31-42) que se percorrem várias instâncias, formais e informais, de apreciação e deliberação da candidatura à

licença sabática. Elas são, basicamente, as seguintes: (a) manifestação da intenção junto do Diretor do Departamento; (b) negociação de troca de favores nos bastidores para assegurar o serviço letivo durante o período sabático; (c) aprovação em reunião do Conselho do Departamento; (d) aprovação em reunião do Conselho Científico; (e) aprovação pelo Reitor.

Manifestei, em primeira instância, junto do Diretor do Departamento no início da primavera de 2019 o meu interesse em poder gozar de uma licença sabática no ano académico de 2019/2020. Como expectável, o Diretor do Departamento alertou-me para a eventual existência de pedidos de outros colegas e aconselhou-me a negociar uma troca de favores com colegas disponíveis para assegurar o meu serviço letivo no ano seguinte.

Estabeleci, para o efeito, um acordo de cavalheiros com o colega Bernhard Sylla que assegurou uma parte significativa do meu serviço docente em 2019/2020, tendo como contrapartida eu assumir a lecionação do seu serviço docente no ano de 2020/2021, altura em que beneficiou ele de licença sabática.

No Conselho do Departamento, igualmente como previsível, a existência de interesses múltiplos e divergentes provocou uma discussão dura, mas que culminou com a aprovação do pedido de licença sabática.

Em sede de Conselho Científico, foi apresentado o projeto de licença sabática inclusivo de dois tipos de atividades: produção científica e cooperação internacional.

No âmbito do primeiro, declarei que pretendia, no decurso de aproximadamente oito meses, sistematizar, em livro, o pensamento e investigações o meu pensamento sobre a problemática do Antropoceno, com particular enfoque na sua vertente filosófica. Essa seria, por conseguinte, uma das prioridades principais: publicar um livro, em que a problemática do Antropoceno fosse amplamente tratada, nomeadamente o modo como a hipótese da formalização da noção tem vindo a ser considerada no domínio da Ciência do Sistema Terrestre e as questões epistemológicas que coloca, o debate

sobre o seu início, a pluralidade de narrativas sobre as suas causas e consequências socioculturais (naturalista, pós-naturalista, eco-marxista, eco-catastrofista, etc.), as implicações filosóficas (ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas, antropológicas). A relevância desse empreendimento afigurava-se-me manifesta, nomeadamente pelo período que estamos a viver de cada vez maior consciencialização na comunidade científica, nas instituições de governação, no espaço mediático e na opinião pública em geral de que enfrentamos desafios perante alterações climáticas sem precedentes, entre as quais a mais conhecida será certamente o aquecimento global, sintomas de que estamos já num novo capítulo da história da Terra, precisamente aquele em que a nossa espécie se tornou num agente geomórfico à escala global, situação que urge pensar.

No âmbito do segundo, propuz-me aprofundar a cooperação internacional com a Universidade de Sun Yat-Sen em Zhuhai, Guangdong, China, procurando dar seguimento a uma colaboração já iniciada com essa instituição de ensino superior chinesa em 2018 (como professor visitante convidado para realização de uma série de palestras sobre a problemática do Antropoceno, entre 16 e 30 de junho de 2018), respondendo positivamente a novo convite para (durante cerca de quatro meses), na qualidade, novamente, de professor visitante, dinamizar pesquisa e um conjunto de workshops sobre a natureza do conceito de “Civilização Ecológica” e as suas implicações para a problemática do Antropoceno.

Como tem sido prática habitual, a concessão da licença foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Científico, como que em cumprimento de uma mera formalidade.

Identicamente, na última instância, a da decisão reitoral, foi automaticamente aprovada.

#### **4. A FASE DE PREPARAÇÃO**

Esta fase (Zahorski, 1994, pp. 43-52) concerne a uma preparação, sobretudo psicológica, para a realização da licença sabática. Como a aprovação da licença pelo Reitor chegou somente em princípios de agosto, essa preparação apenas então começou efetivamente.

Supõe-se, nesta fase, uma libertação das habituais preocupações académicas para que a mente fique livre para se entregar à planeada investigação. O desejável teria sido um processo gradual nos dois meses que antecedem o período de férias de verão de me ter desligado dos compromissos relativos à docência, investigação e gestão académica. Isso, todavia, revelou-se impossível, em boa medida pela decisão, que retrospectivamente considero menos boa, de não ter suspenso no decurso do período sabático o exercício de cargos e outras tarefas não-letivas. Na prática, embora estivesse no gozo da licença oficialmente desde 1 de setembro, só por volta de finais de outubro, início de novembro, uma maior focalização nos trabalhos a desenvolver começou, de facto, a instalar-se.

#### **5. A FASE DE REALIZAÇÃO**

Nesta quarta fase (Zahorski, 1994, pp. 53-58), executa-se o plano de atividades programado, que de seguida relato de modo pormenorizado. Estavam previstas atividades de produção científica e atividades de cooperação internacional.

## 5.1. Atividades de produção científica

Serão aqui incluídos os resultados de atividades realizadas durante a Licença Sabática.

Igualmente se inclui aqui a indicação de publicações aparecidas durante esse período.

Pretendia no decurso do usufruto da licença sistematizar, em livro, o meu pensamento e investigações sobre a problemática do Antropoceno, com particular enfoque na sua vertente filosófica. O objetivo visado era o de publicar um livro, em que a problemática do Antropoceno fosse amplamente tratada, nomeadamente o modo como a hipótese da formalização da noção tem vindo a ser considerada no domínio da Ciência do Sistema Terrestre e as questões epistemológicas que coloca, o debate sobre o seu início, a pluralidade de narrativas sobre as suas causas e consequências socioculturais (naturalista, pós-naturalista, eco-marxista, eco-catastrofista, etc.), as implicações filosóficas (ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas, antropológicas).

O que consegui alcançar a esse respeito foi o seguinte: ter concluído o volume de uma *Antologia de Estudos do Antropoceno*, consistente numa compilação de 95 textos selecionados, acompanhados de comentários críticos, incluídos em cinco partes, antecedidas por uma introdução, rondando as mil páginas. A publicação da obra encontra-se em fase de apreciação numa editora do Porto.

Além disso, desenvolvi a obra *A fabricação do Antropoceno*, com uma introdução, 11 capítulos e uma conclusão, de extensão aproximada de duzentas e cinquenta páginas, que se encontra em fase de revisão para publicação.

Durante esse período publiquei ainda:

(1) os livros:

(a) em autoria:

*3500 Carateres, incluindo espaços. Crónicas quinzenais no Correio do Minho (2014–2017)*. Braga: Institute for Anthropocene Studies. 2020;

(b) em coautoria:

*Tecnofilosofia Líquida: Anders, Blumenberg e Sloterdijk*, com Bernhard Sylla. Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade. 2019;

*EIBEA 2019. Encontro Iberoamericano de Estudos do Antropoceno*. Atas, com Bernhard Sylla. Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade. 2019;

*EIBEA 2019. Encontro Iberoamericano de Estudos do Antropoceno. Livro de Resumos*, com Bernhard Sylla. Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade. 2019;

(2) os capítulos de livros:

Tecnologia Humanitária no Antropoceno. In F. Bandeira, J. Cardoso, G. Jólluskin, C. Ramos & I. Silva (orgs.), *Leituras em Ação Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento/Readings in Humanitarian Action and Cooperation for Development, vol. 1* (pp. 229–241). Porto: Publicações Fundação Fernando Pessoa. 2020;

Connecting the dots: History, Technology and Work. In J. Mendes & B. Sylla (orgs.), *Tecnofilosofia Líquida: Anders, Blumenberg e Sloterdijk* (pp. 115–128). Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade. ISBN: 978-989-33-0068-8; DOI: 10.21814/1822.61953. 2019;

Introdução. In J. Mendes & B. Sylla (orgs.), *EIBEA 2019. Encontro Iberoamericano de Estudos do Antropoceno*. Atas (pp. 1–3). Braga: Centro de Ética, Política e Sociedade. 2019;

Notas preambulares. In J. Mendes & B. Sylla (orgs.), *Tecnofilosofia Líquida: Anders, Blumenberg e Sloterdijk* (pp. 1–3). Braga: Centro de

Ética, Política e Sociedade. ISBN: 978-989-33-0068-8; DOI: 10.21814/1822.61953. 2019;

(3) os artigos:

The Anthropocene: scientific meaning and philosophical significance. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica 1*: pp. 71-89. 2020;

Editorial. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica 1*: iii-vi. Com Maria do Carmo Mendes. 2020;

Está a ser cometido um senicídio? [Is a senicide being committed?]. *RepositóriUM*. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/64856/1/Est%C3%A1%20a%20oser%20cometido%20um%20Senic%C3%ADdio.pdf> 23 março. 2020;

Introduction. Special Topic: Philosophical Challenges of the Anthropocene, with D. Moellendorf. *Ethics, Politics & Society, 3*: pp. 1-2. With B. Sylla. 2020;

(4) as traduções:

“The ‘anthropocene’”, de Paul Crutzen e Eugene Stoermer. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica 1*: pp. 113-116. 2020;

“Geology of Mankind”, de Paul Crutzen e Eugene Stoermer. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica 1*: pp. 117-119. 2020;

(5) os dossiês em revista/números de revista:

dossiê “The Philosophical Challenges of the Anthropocene”, *Ethics, Politics & Society. A Journal in Applied Ethics and Political Theory, 3*. CEPS, 2019;

*Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica, 1*. Braga: INFAST-Institute for Anthropocene Studies. 2020.

Por último, realizei igualmente durante o período da licença as seguintes comunicações em eventos científicos, todas resultantes de convites:

Pyotr Klimentievich Engelmeyer`s Heurology. *6th Slovak Congress of Philosophy of Slovak Philosophical Association* (Slovak Academy of Sciences, Bratislava, 31 outubro. 2020);

Qué es el antropoceno y qué importancia tiene para la filosofía. *Xornadas “Temas de Actualidade” do do Máster Filosofía, Coñecemento e Cidadanía* (Universidade de Santiago de Compostela, 4 de março. 2020);

Tecnologia, Trabalho e História: uma relação inextricável? Lendo Günther Anders. *Seminário Permanente de Fenomenologia, organizado no âmbito da linha de investigação em Fenomenologia da Técnica do PRAXIS/UE* (Universidade de Évora, 7 fevereiro. 2020);

Os desafios do Antropoceno. *I Fórum da Pós-Graduação da UEMG Frutal e 21º Seminário de Pesquisa e Extensão - Polo Triângulo Mineiro* (Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, 11 novembro. 2019);

A narrativa ecocatastrofista do Antropoceno: uma análise crítica. *I Simposio Internacional Caminos del Pensamiento* (Universidade de Santiago de Compostela, Facultad de Filosofía, 7 de novembro. 2019).

## **5.2. Atividades de cooperação internacional**

A segunda componente do plano de trabalhos consistia na realização de atividades de cooperação internacional, nomeadamente um aprofundamento da cooperação, já antes encetada, com a Universidade de Sun Yat-Sen em Zhuhai, Guangdong, China, procurando dar seguimento a uma colaboração já iniciada com essa instituição de ensino superior chinesa em 2018, na qualidade de professor visitante convidado para realização de uma série de palestras sobre a problemática do Antropoceno, e respondendo positivamente a novo convite

para (durante cerca de quatro meses), na qualidade de professor visitante, dinamizar pesquisa e um conjunto de workshops sobre a natureza do conceito de “Civilização Ecológica” e as suas implicações para a problemática do Antropoceno.

Todavia, a licença sabática teve o seu início a 1 de setembro de 2019 e, como se sabe, cerca de seis meses depois, precisamente a 11 março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a COVID-19 uma pandemia e iniciou-se, à escala global, um período de restrições de mobilidade interna nos países e de viagens internacionais. O primeiro confinamento em Portugal, enquadrado legalmente por decreto presidencial de estado de emergência, iniciou-se a 18 de março e prolongou-se, na prática até perto de finais de maio. Em consequência, por razões que reputo compreensíveis, essa atividade não se pôde realizar como planeada e, dado que a concessão de vistos de entrada na China permanece interdita, continua a não poder realizar-se.

Não tendo sido possível redefinir a colaboração prevista com a Universidade de Sun Yat-Sen nos termos de um modelo à distância, optei por reorientar essas atividades. Desde logo, para uma atividade alternativa de cooperação internacional com o Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da Eslováquia (Bratislava). No seu âmbito, foi possível:

(a) participar, como conferencista convidado, no *6th Slovak Congress of Philosophy of Slovak Philosophical Association* (Slovak Academy of Sciences, Bratislava, 31 outubro, 2020), onde apresentei a comunicação “Pyotr Klimentievich Engelmeier`s Heurology”;

(b) participar na organização de um encontro científico online sobre a problemática da Sustentabilidade Ambiental no Antropoceno e contribuir com o capítulo “Are we risking too much the sustainability of the Anthropocene Technosphere?”, para o respetivo livro de atas, que se encontra no prelo na editora Brill.

Uma segunda atividade, que, em boa medida, exigiu e continua a exigir cooperação internacional foi a da criação da *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, um projeto editorial publicado sob a égide do INFAST-Institute for Anthropocene Studies em colaboração com a UMinho Editora. Trata-se da única publicação periódica científica em Portugal dedicada aos Estudos do Antropoceno e à Ecocrítica e que tem como principal objetivo a divulgação de material bibliográfico original e inédito que contribua para o aprofundamento do conhecimento pluridisciplinar de temáticas e problemáticas relevantes nos domínios dos Estudos do Antropoceno e da Ecocrítica. O número inaugural contou com contributos vários de autores lusos, espanhóis, brasileiros e eslovacos. Foi, como julgo que se compreende, uma atividade de enorme exigência, não somente no plano do desenho da publicação, mas também da sua instalação na plataforma Open Journal System e do processo de edição e revisão conducente à publicação do primeiro número.

### **5.3. Outras atividades**

Não tendo suspenso durante o período da licença a participação em órgãos de gestão, cumpro-me descrever os seguintes que exerci:

direção do Departamento de Filosofia;

direção do Centro de Ética, Política e Sociedade;

membro do Conselho Científico do Instituto de Letras e Ciências Humanas;

membro da Assembleia de Centros de Investigação da Universidade do Minho;

membro da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Ambientais do Conselho de Ética da Universidade do Minho;

membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas;

membro da Comissão Diretiva do Centro de Ética, Política e Sociedade do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho;

membro do Conselho do Departamento de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas;

membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Estudos Culturais do Instituto de Letras e Ciências Humanas;

membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Línguas Aplicadas do Instituto de Letras e Ciências Humanas.

Durante o período da licença fui também editor do *Ethics, Politics & Society. A Journal in Applied Ethics and Political Philosophy* e codiretor e editor da *Anthropocena. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*.

Para além disso, exerci o cargo de presidente do Institute for Anthropocene Studies e de membro da Comissão Diretiva da Sociedade de Filosofia da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal e da Junta Diretiva da Sociedade Interuniversitária de Filosofia.

Desenvolvi atividade letiva na *جامعة يوسف القديس* (Beirute, Líbano) [Universidade de São José de Beirute – Departamento de Filosofia], no âmbito do Programa Erasmus K1 International Credit Mobility–Joint Academic Mobility Scheme with the Middle East and South (JAMIES). Seminário: # 1 Le Anthropocène: construction d'un concept (2 horas); # 2 Précurseurs intellectuels de la notion (2 horas); # 3 La Technosphère de l'Anthropocène (2 horas); # 4 L'Anthropocène selon Sloterdijk: Sphérologie et Anthropotechnique (2 horas) – 9-13 setembro 2019.

No que respeita à supervisão de trabalhos de pós-graduação, orientei:

(a) as teses de doutoramento de:

João Marcelo Mesquita Martins (Universidade do Minho) em Ciências da Cultura–Especialidade: Culturas do Extremo Oriente: “Mitoses Chineses de Origem: Envolvências Filosóficas e Perspetivas Contrastivas”;

Jorge Daniel Martins Mateus (Universidade do Minho) em Filosofia: “Discussing Human Essence and Human Enhancement: Towards Developmental Democratic Transhumanism” – bolsa SFRH/BD/145789/2019;

(b) as dissertações de mestrado de:

Orlando Renato dos Reis Coutinho (Universidade do Minho): “Democracia-Cristã: uma hermenêutica contemporânea”, em Filosofia Política;

Luan Yunnhong (Universidade do Minho): “Iniciativas para um bom Antropoceno: Economia verde vs. Civilização Ecológica”, em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial de 栾芸宏;

Jingwen Gao (Universidade do Minho): “Os bons bandidos. Os Casos de José do Telhado e Chu Liuxiang”, em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial.

Fui arguente da dissertação de mestrado em Filosofia Política de Pedro Paulo Zanforlin Netto: “Resistir à desesperança do Antropoceno: um exame do conceito de utopia concreta em Ernst Bloch” (Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, 6 de outubro, 2020) e membro do júri (como vogal) do pedido de reconhecimento de nível de ao grau de doutor sem conversão da classificação final (DL-66/2018), requerido por Livia Bastos Andrade – 18 de novembro de 2019.

Fui, também, organizador e membro da Comissão Científica do *I Simpósio Internacional "Caminhos do Pensamento"* (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 7-9 novembro, 2019), assim como membro do júri do *II Premio Sapientia* da Sociedade Interuniversitaria de

Filosofia atribuído a Acílio da Silva Estanqueiro Rocha a 9 de novembro de 2019 em Santiago de Compostela.

Fui, ainda, Investigador Principal dos projetos de investigação *SFIDA: Soluções Filosóficas Inovadoras para o Desafio do Antropoceno e Engenheiros Reflexivos – Uma abordagem crítica da tradição de pensamento da Tecnologia na Engenharia*.

Por último, realizei duas entrevistas: com Isabel Ponce de Leão, “Terceiro aniversário do Centro de Ética, Política e Sociedade: entrevista ao diretor”, *As Artes entre as Letras*, 266, pp. 4-5 (13 maio 2020) e com Sandra Sousa, “Sobre o Antropoceno e a Anthropocenica”, *Página 2, RTP 2* (13 dezembro 2020).

## 6. A FASE DE RETORNO

A derradeira fase (Zahorski, 1994, pp. 59-70) é a do regresso às rotinas académicas. Foi um regresso num momento em que a pandemia do SARS-CoV-2 forçou medidas bastante restritivas, que implicaram o encerramento da Universidade e o ensino à distância. Defrontei-me, por conseguinte, com uma dificuldade não prevista: como conseguir completar as duas obras desenvolvidas durante a licença sabática, mas que exigiram um esforço para além do período da mesma, com uma carga letiva aumentada a fim de satisfazer o *trade-off* acordado para poder ter a licença e com a exigência de uma rápida adaptação ao ministrar de cursos inteiramente *online*.

Em razão dessa imprevista situação – quem em meados de 2019 poderia ter imaginado uma crise pandémica!? – e dos inéditos problemas por ela desencadeados, a perspetiva de, passado um ano de licença, retomar as atividades académicas com um sentimento de renovação e revigoramento em termos profissionais revelou-se praticamente impossível. Predominava, nessa altura, um estado de preocupação com a evolução da crise pandémica e uma

grande incerteza sobre quando regressaríamos a uma certa “normalidade” que, de facto, nunca chegou a voltar.

É verdade que a satisfação das responsabilidades académicas rapidamente foi retomada, porque a experiência acumulada o permitiu. Todavia, o ambiente de desalento generalizado indicava que algo tinha profundamente mudado e que tinha de ser pensado. Entendi que, como académico, tinha de ver aí uma oportunidade para enfrentar a questão de como nos podemos reinventar a nós mesmos e o nosso trabalho. O ano pós-sabático serviu, nalguma medida, para isso. O trabalho desenvolvido durante a licença sabática adubou o terreno para novos trabalhos neste novo domínio de estudos sobre o Antropoceno que não cessa de me atrair e interessar.

## CONCLUSÃO

Retiro algumas conclusões do relatado. A primeira é a de que deve haver uma política racional, transparente e justa nos departamentos para a concessão de licenças sabáticas, ela mesma vinculada a uma política de gestão de recursos humanos sujeita a periódica revisão e atualização. Faltando tais políticas, como atualmente faltam, a concessão de licenças sabáticas afigura-se um processo dependente de caprichos e conluios.

A segunda respeita à prática que se foi instalando, não estipulada pela lei, de exigência da concessão da licença a troco de uma sobrecarga de trabalho antes ou depois do usufruto da mesma. Por certo que temos de ser realistas e enfrentar as exigências de satisfazer os compromissos de serviço docente. Porém, não é menos certo que existe uma apatia de iniciativa e uma míngua de medidas que permitam criar efetivas condições para um gozo tranquilo de

licenças sabáticas, nomeadamente uma oferta educativa condizente com esse propósito.

Parece-me inequívoco, em terceiro lugar, que mesmo com imprevistos da magnitude do enfrentado – uma crise pandémica – as licenças sabáticas produzem manifestos – e mensuráveis – benefícios para os docentes e, por extensão ou contágio, para os seus alunos, a instituição em que laboram e a sociedade em geral. Em razão disso, não deverão ser encaradas como um privilégio, mas como uma necessidade.

Por último, no plano dos erros a evitar, julgo que para que uma licença sabática seja plenamente bem-sucedida, os seus beneficiários devem considerar suspender durante o período do seu gozo o exercício de quaisquer outras funções na academia e quiçá, afastarem-se completamente da mesma durante esse tempo, sob pena de se verem afetados por múltiplas solicitações que podem desconcentrar dos trabalhos que desenvolvem.

## REFERÊNCIAS

Eells, W. (1962). The Origin and Early History of Sabbatical Leave. *AAUP Bulletin*, 48(3), pp. 253-256.

Kang, B. & Miller, M. (1999). An Overview of the Sabbatical Leave in Higher Education A Synopsis of the Literature Base. *ERIC Document Reproductive Service* No. ED 430 471. <https://eric.ed.gov/?id=ED430471>

Kimball, B. (1978). The Origin of the Sabbath and Its Legacy to the Modern Sabbatical. *Journal of Higher Education*, 49, pp. 303-315.

Sambrook, S. (2012). Academic Study Leave or Sabbatical: Contested Concepts. *Working Papers 12009*. Bangor Business School, Prifysgol Bangor University (Cymru / Wales).

Zahorski, K. (1994). *The Sabbatical Mentor: A Practical Guide to Successful Sabbaticals*. Bolton, Mass.: Anker.